

Dossier CPLP - Entre expectativas e realidades

## **A busca de uma integração (im)possível**

Cláudio Alves Furtado

A assunção política do projecto CPLP por parte de Cabo Verde enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, aproveitando as sinergias resultantes não apenas da fortificação das relações económicas, políticas e culturais entre os Oito como, a partir da inserção regional de cada um dos países membros, tirar os proveitos daí advenientes.

Cabo Verde parece ter sido um dos mais entusiastas defensores da criação e institucionalização da CPLP. A sua participação em todas as iniciativas diplomáticas tem sido uma constante desde a reunião de Maranhão, que decidiu a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Embora as Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo tenham vindo a ser realizadas com regularidade, a concertação política e diplomática e a implementação de acções concretas através do Secretariado Executivo mostram-se claramente tímidas, ténues e descontínuas. Aliás, momentos existem em que não são visíveis quaisquer acções seja por parte do Secretariado Executivo seja a nível dos governos.

Em suma, não obstante o facto de o projecto da CPLP ser antes de tudo um projecto dos Estados a sua operacionalização tem sido pautada por sinuosidades que se prendem, entre outras razões, pela diversa composição das agendas políticas nacionais, fazendo com que este projecto nem sempre constitua a prioridade da política externa.

A nível da sociedade civil algumas acções têm sido desenvolvidas, sem grande organicidade, embora existam organismos supranacionais que reagrupam determinadas associações socio-profissionais.

No domínio económico-empresarial não parece existir, até ao momento, uma estratégia clara que faça os Oito funcionar em rede. Nitidamente prevalecem as relações bilaterais que resultam duma dinâmica que, nalguns casos, vem desde a independência e, noutros, resultam da estratégia de internacionalização das economias nacionais. Neste quadro, a posição de Cabo Verde resulta fragilizada política e economicamente porque se encontra numa posição subalterna no campo das relações políticas e de poder, como também pela

diluição da própria agenda dos integrantes da CPLP num contexto internacional em rápida e profundas mutações.

A assunção política do projecto CPLP por parte de Cabo Verde enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, no âmbito mais vasto do processo da sua internacionalização, aproveitando as sinergias resultantes não apenas da fortificação das relações económicas, políticas e culturais entre os 8 como, a partir da inserção sub-regional e/ou regional de cada um dos países membros, tirar os proveitos daí advenientes.

Neste caso, Cabo Verde poderia, num horizonte de médio a longo prazo, aproveitar os diferentes espaços de inserção que resultam da sua pertença a organizações internacionais e regionais, bem como a filiação de seus parceiros em outras organizações nomeadamente a de Portugal à União Europeia, do Brasil ao Mercosul, de Angola e Moçambique à SADC e certamente de Timor à ASEAN.

É verdade que o discurso político legitimador da construção da CPLP por parte de Cabo Verde não se circunscreve à dimensão da integração económica. Há toda uma necessidade de produção de um discurso que busca as raízes do projecto comum em laços históricos e culturais partilhados que ultrapassam a dimensão do Estado para congregar povos. Aliás, a retórica discursiva está particularmente presente e de forma recorrente nos considerados momentos altos da CPLP, nomeadamente nas Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo. Nestes momentos, a instituição comunitária tende a ganhar uma forte visibilidade nos meios de comunicação social.

Num trabalho sobre o papel da imprensa na construção da CPLP, o jornalista Fernando Ortet, trabalhando os jornais mais importantes dos Sete, demonstra que a presença da comunidade e cada um dos países per si, é ténue, acontecendo que, muitas vezes, o tratamento é dado a partir de fontes de informação de fora da comunidade – apenas no contexto das cimeiras, notícias e reportagens são publicadas por jornalistas geralmente destacados para acompanhar essas cimeiras.

No entanto, terminadas as cimeiras volta-se à normalidade. Isto é, a Comunidade e seus países membros volatilizam-se. A tematização da comunidade na imprensa é cíclica assim como cíclica é a entrada de problemas da CPLP na agenda política dos Sete, agora Oito.

Pode-se pois inferir que, salvaguardando a autonomia da construção das agendas dos jornais e demais órgãos de comunicação social, esta (in)visibilidade da CPLP denota a

sua pouca importância na agenda política de cada um dos países membros, malgrado os discursos políticos que tendem a assinalar o contrário.

Concentrando a nossa atenção sobre e a partir de Cabo Verde e, embora tenhamos referido que a sua posição tem sido – ou parece ter sido – das mais voluntaristas em relação à institucionalização da CPLP, convém, no entanto, um olhar mais de perto no sentido de melhor perscrutar as eventuais (ins)estabilidades desse posicionamento. Se se analisar com acuidade o posicionamento político e diplomático dos diferentes governos e actores políticos nacionais é forçoso constatar um amplo consenso sobre a importância da CPLP. De referir, em passant, que em termos de política externa quase sempre tem havido um consenso entre os actores do xadrez político nacional.

É visível e recorrente na política externa cabo-verdiana a valorização das instituições multilaterais, vistas como espaços privilegiados de concertação política internacional. Tal facto não é alheio à sua reduzida dimensão territorial e, por conseguinte, à sua fragilidade enquanto actor no cenário internacional.

A diplomacia cabo-verdiana considera a política externa como constituindo um vector importante de mobilização de recursos e de estabelecimento de redes de parcerias e externalidades indispensáveis à implementação da estratégia de desenvolvimento nacional. Neste sentido, as organizações internacionais assentes no princípio da igualdade dos Estados garantem um importante espaço de articulação política para se fazer vincar os interesses e os posicionamentos daqueles que, em contexto diverso, teriam enormes dificuldades de se fazer ouvir.

Assim é que se pode entender que Cabo Verde busque maximizar as potencialidades oferecidas com a pertença a várias organizações internacionais sejam do sistema das Nações Unidas sejam outras como a CPLP, a francofonia, a CEDEAO, etc. No entanto, impõe-se-nos a seguinte reflexão: qual ou quais as dimensões mais valorizadas por Cabo Verde no que diz respeito à CPLP .

A consolidação da comunidade tanto do ponto de vista político e institucional como societário parece ter sido uma preocupação permanente de Cabo Verde que vê na CPLP um nicho de consolidação da sua estratégia diplomática mas também de internacionalização da sua economia, particularmente na procura de parcerias para investimentos no país.

Mais do que isso, parece-nos que a atitude mais agressiva de Cabo Verde, designadamente a concessão a cidadãos lusófonos de um conjunto de direitos equivalentes aos cidadãos cabo-verdianos, se enquadra nitidamente no âmbito da política da procura de um tratamento igual aos cabo-verdianos residentes nos demais países da CPLP. Não se pode esquecer que a comunidade cabo-verdiana emigrada é significativa nos países membros da CPLP. A prevalência do princípio de reciprocidade de vantagens seria, neste caso, positiva para os cidadãos cabo-verdianos residentes nesses países e para os que eventualmente venham a emigrar.

A lei nº 36/V/97, de 25 de Agosto, que define o estatuto do cidadão lusófono em Cabo Verde, elenca um conjunto de direitos conferidos ao cidadão oriundo de um país membro da CPLP, designadamente a capacidade eleitoral activa e passiva, bem como o acesso à nacionalidade cabo-verdiana sem perder a nacionalidade de origem.

No entanto, a posição de Cabo Verde, apesar dos incentivos à consolidação da CPLP, é inconstante. Em certos momentos a CPLP desaparece, seja da retórica discursiva seja estratégica, particularmente quando se trata das opções económicas no quadro da chamada internacionalização ou integração dinâmica na economia mundial.

De facto, a importância da comunidade enquanto espaço económico não parece contemplada nos grandes documentos de definição das opções de política de desenvolvimento económico a médio e longo prazo. Na introdução às As Grandes Opções do Plano, o chefe do Governo ao sublinhar que “... a expansão de espaços de trocas comerciais, desde logo por causa da pequenez do país, designadamente através do acesso preferencial ao mercado da União Europeia e dos Estados Unidos da América, [...] a inserção activa no quadro regional da CEDEAO, a adesão à Organização Mundial do Comércio e a diversificação das parcerias estratégicas tem um impacto grande na atracção de investimentos externos, no incremento das exportações e no desenvolvimento do sector privado”, sublima completamente uma eventual importância da Comunidade.

Da mesma forma, nota-se a mesma ausência nos documentos presentes recentemente à Consulta com os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. Aliás, é significativo que nem a CPLP nem as organizações regionais de que os outros membros da CPLP fazem parte sejam vistas como eventuais opções estratégicas na busca de parceiros para o desenvolvimento de Cabo Verde ou sendo mercados potenciais para produtos cabo-verdianos.

Parece-nos, no entanto, que para Cabo Verde, o sucesso do projecto CPLP constituirá um ganho na justa medida em que poderá, sabendo, aproveitar as potencialidades no âmbito do desenvolvimento de projectos comuns (bilaterais e/ou multilaterais) nos mais variados domínios. A sua fragilidade em termos de recursos financeiros, técnicos e humanos poderá, neste contexto, ser minimizada.

Se o papel da sociedade civil dos Oito parece ser crucial para a sedimentação desse projecto não se pode descurar o papel dos governos como grandes facilitadores e dinamizadores do mesmo, não apenas por terem sido os promotores do projecto mas pelo facto de poderem criar canais e mecanismos institucionais e outros facilitadores da construção tanto de uma comunidade de estados como de povos.

Por sua vez, as organizações da sociedade civil poderão, com uma certa persistência, com e para lá dos governos, insistir no desenvolvimento de acções conjuntas que terão certamente efeitos arrastadores junto dos cidadãos da comunidade e dos próprios governos.

No entanto, a passagem da retórica discursiva e da proposição de medidas de política e acções para a sua implementação efectiva resta o grande desafio, podendo ser, em definitivo, a concretização de um sonho ou então resultar numa realidade virtualmente construída. Assim, teríamos uma CPLP (im) possível.